



O papel das instituições de ensino brasileiras na capacitação do profissional jornalista para atuar no mercado de trabalho da sociedade digital¹

Paula Melani Rocha²
UNICOC

Resumo

No início do século XXI consagrou-se a sociedade globalizada e digital. Os avanços tecnológicos e a internet transformaram a sociedade, suas interfaces, as relações humanas e o processo comunicacional. O exercício do jornalismo e o mercado de trabalho estão inseridos neste novo cenário. Este artigo tem como objetivo mostrar o importante papel das instituições de ensino em formar um profissional competente para atuar no mercado e na comunicação da sociedade digital e globalizada. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica. O referencial teórico divide-se em dois campos: teoria do jornalismo com os autores Luiz Beltrão, Adelmo Genro Filho, José Marques de Melo, Pedro Jorge Sousa e Nelson Traquina, e em sociologia, focando Dominique Wolton, Pierre Bourdieu e Eliot Freidson. O estudo busca contribuir com a reflexão sobre teoria, ensino e pesquisa em jornalismo.

Palavras-chave

Jornalismo, teoria e pesquisa; representações sociais; sociedade digital; instituições de ensino.

¹ Trabalho apresentado ao NP Jornalismo, do VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom;

² Graduada em Jornalismo pela Fundação Casper Líbero e em Ciências Sociais pela USP; Mestre e Doutora em Sociologia Política pela UFSCAR; pós-graduação em Multimídia pela Universidade de Harvard/EUA. Professora e Coordenadora do curso de Jornalismo da UNICOC/Ribeirão Preto. paulamelani@coc.com.br.



I. Apresentação

A sociedade do século XXI é diferente da sociedade do século XV, quando surgiu a prensa, ou mesmo da sociedade do século XIX, quando a história do jornalismo passou a ter como referencial a democracia. Cada um desses períodos teve seus marcos, benefícios e constrangimentos. A sociedade é dinâmica e as transformações fazem parte de um processo que tem relação com o passado.

Os avanços tecnológicos resultaram na concepção da sociedade digital e, também, globalizada. A tecnologia e a criação da internet trouxeram também mudanças importantes para a comunicação e para os envolvidos nesse processo. O jornalismo brasileiro, por sua vez, incorporou gradativamente as transformações tecnológicas no exercício da profissão, desde a década de 1980 com a introdução dos computadores nas redações, passando pelo surgimento do jornalismo *on line* até a tv digital e a convergência de mídias. Mas a tecnologia não se limitou a uma ferramenta útil à atividade de jornalismo ou à mídia de maneira geral. Ela alterou também a relação emissor/receptor.

Dentro da temática proposta neste evento Mercado e Comunicação na Sociedade Digital, este artigo busca refletir sobre o papel das instituições de ensino na formação do comunicador, em especial, o jornalista brasileiro, para capacitá-lo a atuar na realidade da sociedade digital, respeitando a tecnologia e suas transformações bem como as responsabilidades inerentes ao profissional. O jornalista, ainda, deve ter ciência do paradoxo global/regional dentro do processo comunicacional na sociedade digital e globalizada, no que refere-se ao receptor e à própria instituição de ensino, focando o Tratado de Bolonha.

As pesquisas em comunicação, as discussões na academia e em congressos vêm apontando o interesse por parte dos acadêmicos em refletir sobre as relações entre a comunicação, sociedade e mercado de trabalho. As questões levantadas neste artigo são: se as instituições brasileiras de ensino superior em jornalismo estão acompanhando as transformações do mercado e da sociedade digital; e se os profissionais jornalistas egressos das instituições de ensino estão preparados para atuar na sociedade digital e globalizada tanto no Brasil quanto no exterior.

A fundamentação teórica ampara-se em duas perspectivas diferentes que auxiliam nas questões apontadas: teoria e pesquisas do jornalismo, na busca de entender o conteúdo teórico e técnico necessário ao jornalista para atuar na sociedade,



compreendendo a sua complexidade; e a segunda perspectiva ampara-se na sociologia, focando as representações sociais, na busca de entender a sociedade e sua diversidade, e o status de profissão ao jornalismo, por ser uma atividade com responsabilidades sociais e que exige uma preparação do profissional bem como seriedade por parte dos veículos de comunicação.

O profissional da comunicação, em especial o jornalista, tem que ter consciência deste novo mercado, no qual ele irá atuar. Ele tem que conhecer os princípios da profissão, seus compromissos, a sociedade que ele noticia, as técnicas e teorias do jornalismo. No entanto, a capacitação profissional tem que ir além, pois assim como o público pode se apresentar como global ou regional, o jornalista também tem que estar preparado para atuar em outro país, ou se reportar para o público estrangeiro, com mais facilidade que outrora.

II. A sociedade digital e seus contrastes

Da imprensa à internet, foram aproximadamente cinco séculos de história, envolvendo transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Romperam-se limites espaciais e temporais. O receptor sofreu transformações bem como a comunicação. A aldeia global tornou-se realidade. Com a globalização aumentou o número de receptores e de mensagens. No entanto, expandiu-se de forma desordenada. Atualmente, há quase 75 milhões de páginas disponíveis no universo virtual, o difícil é saber separar o que é informação e o que é entretenimento. Tornou-se difícil identificar se o receptor absorve a mensagem que realmente foi emitida pelo emissor, seja através de som, texto ou imagem. A mesma mensagem endereçada a milhares de pessoas não é recebida da mesma maneira por todas elas. Não há um receptor universal. “Quanto mais as mensagens se globalizam, mais as diferenças culturais da comunicação se afirmam.” (Wolton, D. 2006, p. 17)

A relação emissor/receptor desviou seu eixo, deixou de ser uma trajetória linear e de mão única. O conceito de receptor também sofreu transformações. O poder de influência da mídia aumentou com a globalização da informação e conseqüentemente a expansão de novos veículos de comunicação e suas convergências. A mídia rompeu fronteiras e a internet democratizou a informação. Os países em desenvolvimento também estão participando deste processo e da sociedade digital. Hoje a internet tornou



possível ao receptor ler, ouvir ou mesmo assistir um noticiário produzido no outro lado do mundo. O monopólio da informação perdeu parte do seu poder. Para Wolton (2006) a globalização da comunicação permitiu o fim da distância física, porém revelou a extensão das distâncias culturais.

A comunicação não é um processo fácil, pelo contrário, Wolton (2006) afirma que ela é complexa por natureza e que com o progresso técnico, ela complicou-se mais nos últimos 30 anos.

Hoje em dia todo mundo vê tudo ou quase tudo, mas percebe-se ao mesmo tempo, que não compreende melhor o que acontece. A visibilidade do mundo não basta para torná-lo mais compreensível. Mesmo onipresente, a informação não pode explicar um mundo percebido como mais complexo, mais perigoso, menos controlável e em que as diferenças culturais e religiosas se exacerbam. (Wolton, 2006, p. 19)

A complexidade do receptor, para o autor, está relacionada, sobretudo às diferenças culturais. Embora a informação possa ser mundial, os receptores não o são. “... a globalização é um acelerador da contradição.” (Wolton, 2006, p.19)

Todo processo de recepção envolve uma negociação das três dimensões da comunicação: técnica, econômica e cultural. Os indivíduos negociam as mensagens, como negociam com a realidade. Os países em desenvolvimento estão participando da revolução da comunicação, com acesso às redes internacionais e satélites. É interessante economicamente aumentar o número de receptores. No entanto, o público receptor brasileiro está em condições econômicas, sociais e culturais diferentes do público dos países desenvolvidos e essa diferença é percebida. Se a diversidade não for respeitada, no futuro, ela pode gerar conflitos.

O Brasil é um país com aproximadamente 186 milhões de habitantes³, uma extensão territorial de 8.511.965 km², abrigando uma diversidade cultural e uma população marcada pela baixa qualidade de escolaridade. Segundo dados da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), referentes aos anos de 2001 e 2002, o Brasil ocupa a 72ª posição no ranking de 127 países do Índice de Desenvolvimento de Educação e Qualidade e se considerar a taxa de permanência de estudantes até a 5ª série do ensino fundamental, ele cai para a 87ª posição. No índice geral, o Brasil está atrás de vizinhos latino-americanos, como a Argentina (23º), Cuba (30º) e Chile (38º). No aspecto desigualdade social, o cenário também não é otimista,

³ Estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), referente ao ano de 2006.



como mostra a pesquisa feita por Human Development Report (HDR) – Organização das Nações Unidas (ONU), de 2004. Nela o Brasil apresenta índice de Gini próximo a 0,6 que indica uma desigualdade brutal e rara, pois poucos países apresentam índice de Gini superior a 0,5. Dos 127 países presentes no relatório, o Brasil apresenta o 8º pior índice de desigualdade do mundo, superando todos os países da América do Sul e ficando apenas à frente de sete países africanos. (MAIA, 2006) Além disso, o Brasil é um país heterogêneo, a região sul difere da norte, nordeste e sudeste. Há diferenças culturais, econômicas e sociais. Não se pode discutir comunicação sem considerar as peculiaridades dos comunicadores e de seu público receptor.

Tanto o público quanto os comunicadores são vistos nesta discussão sobre a óptica da perspectiva da representação social. Para Bourdieu (1989), a história do indivíduo é a especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe; ele pode ter marcas particulares, mas se remete ao estilo comum de seu grupo, movido tanto pela conformidade como também, pela diferença que constitui todo o "modo".

...o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma *illocutionary force* mas que se define numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura de campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIEU, 1989, p.11)

Bourdieu (1997) mostra que a notícia pode ser vista como uma representação simbólica, formada por diferentes atores sociais através de um processo de seleção que envolve desde o olhar dos donos dos veículos de comunicação, passando pelos próprios jornalistas que filtram o que é ou não notícia, até o público. Esse último não é agente passivo nesta engrenagem, ele exerce um papel ativo e importante. Ele dá continuidade à existência do movimento cíclico - fato, sociedade e notícias - ao consumir a notícia; sem o seu interesse as vendas caem rompendo toda a dinâmica deste mecanismo. Assim, o profissional jornalista que irá trabalhar no mercado brasileiro deve conhecer a realidade do seu país, da qual ele também faz parte. Ele deve respeitar as diferenças culturais existentes entre receptores e mesmo entre os comunicadores e receptores no processo de comunicação, pois o público não é uniforme, mesmo na sociedade globalizada.



II. Jornalismo e sociedade: uma relação histórica

O jornalismo está ligado à sociedade. Não tem como desvinculá-los. Bourdieu (1996) define o jornalista como funcionário da humanidade, como um funcionário da sociedade. Genro Filho (1987, p.3) propõe ao jornalismo um papel revolucionário: “o de ser uma forma de conhecimento que, embora historicamente condicionada pelo capitalismo, apresenta potencialidades que ultrapassam esse modo de produção”. Com isso, ele procura mostrar que o jornalismo é uma forma de conhecimento com base na indústria moderna, mas também faz parte da relação entre indivíduo e gênero humano e assim pode estar presente em qualquer sociedade futura, independente do seu modo de produção. A relação entre jornalismo e sociedade independe do modo de produção. A necessidade de trocar informações é inerente ao homem enquanto ser social, independente do período histórico e suas circunstâncias.

Através de uma pesquisa bibliográfica sobre jornalismo na literatura norte-americana e francesa, Traquina (2005a) vê as notícias como uma construção social que mudam de acordo com as características do contexto histórico da sociedade. Ele analisa as teorias do jornalismo como novo jornalismo, teoria do espelho, *gatekeeper* e profissão, iniciando no século XVII, com a censura, até a sociedade democrática do séc. XX.

...a relação entre democracia e jornalismo é fundamentalmente uma relação simbiótica em que a liberdade se encontra como estrela brilhante de toda uma constelação teórica que fornece ao novo jornalismo emergente uma legitimidade para a atividade/negócio em expansão e uma identidade para os seus profissionais. (TRAQUINA, 2005a, p.42)

Traquina (2005a) ao se propor a entender porque as notícias são como são, ele mostra que isso não é possível sem antes compreender a cultura profissional da comunidade jornalística. O autor aborda a expansão da imprensa a partir do século XIX devido ao desenvolvimento da democracia.

A emergência do jornalismo com os seus próprios “padrões de performance e integridade moral” tornou-se possível com a crescente independência econômica dos jornais em relação aos subsídios políticos, método dominante de financiamento da imprensa no início do século XIX. (TRAQUINA, 2005a, p.36)



O autor ilustra que o jornalismo tem que acompanhar os movimentos da sociedade e nem sempre as mudanças são aceitas por unanimidade por esses profissionais. O escritor Emile Zola, assim como outros escritores franceses, teve muita dificuldade em aceitar o “novo jornalismo”, proposto pelos americanos. E quando o aceita em 1984, Zola escreve:

São ditas tantas coisas más da imprensa... mas que a forma nova é a informação, e devemos ser re-educados. Todos os homens de 50 anos sentiram a falta da velha imprensa com o seu estilo lento e comedido. (TRAQUINA, 2005a, p.73)

O mesmo aconteceu com a introdução dos computadores nas redações. Ribeiro (1998) conta que no Brasil muitos jornalistas mais velhos tiveram dificuldade em se adaptar à nova ferramenta de trabalho. O jornalismo está novamente passando por transformações que englobam desde o mercado de trabalho, como a introdução de novas ferramentas para exercer a profissão e a própria relação público/receptor. Como mostrou-se no tópico anterior, estas mudanças foram impulsionadas pela tecnologia e pela internet e envolveram, também, o modo de vida da sociedade global e digital, entre esses, seus aspectos econômicos, político, cultural, religioso e bélico.

III. Teoria, pesquisa e em ensino do jornalismo

A discussão sobre o papel das instituições e o ensino do jornalismo não é recente. No Brasil não há um consenso entre pragmáticos e teóricos se o jornalismo é ciência e mesmo se a formação em jornalismo é essencial para o exercício da profissão.⁴ No entanto, entre os quesitos de profissão está o domínio de uma *expertise*, ou seja, de um conhecimento próprio.

A história das profissões tem seu marco no industrialismo capitalista do século XIX, quando aumentou a competitividade no campo de trabalho. As ocupações começaram a buscar um lugar seguro na economia e a disputa levou à criação de associações e instituições próprias. (FREIDSON, 1996) Os conceitos apontados por Freidson (1996) para especificar as características das profissões dentro da estrutura das ocupações são:

⁴ A obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo ficou suspensa, sob disputa legal no âmbito da justiça, durante o período de 2001 a 2005.



1. profissão é um tipo de trabalho pago, feito em tempo integral, que inclui o mercado informal;
2. profissão é de caráter especializado, de base teórica, com competência discricionária de julgamento sobre uma área do saber;
3. profissões são aquelas ocupações que controlam a divisão do trabalho, que é determinada pelas suas relações, que negociaram as delimitações e fronteiras jurisdicionais de cada uma, diferente do método baseado no livre mercado ou controlado por uma administração racional-legal externa à profissão;
4. na profissão, o controle do mercado de trabalho é ocupacional, feito através do credenciamento dos membros da profissão;
5. a profissão envolve a pessoa com conhecimento abstrato e autoridade sobre um campo do saber profissional, obtido fora do mercado de trabalho, nas instituições de ensino superior.

Luiz Beltrão foi um dos primeiros jornalistas brasileiros a defender o conhecimento teórico para o exercício da profissão, quando, na década de 60, após anos atuando na prática, ele criou o curso de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco.

O jornalista e teórico José Marques de Melo foi aluno de Luiz Beltrão. Ele também dedica-se a pesquisar teoria do jornalismo e a mostrar sua importância na formação do profissional. Marques de Melo (2006) mostra que no Brasil, a preocupação com a formação dos jornalistas data do início do século XX.

(...) quando se intensifica o movimento pela organização profissional da categoria, e se robustece na década de 1930, com a legitimação política da Associação Brasileira de Imprensa, na verdade as primeiras experiências destinadas a preparar pessoal para as atividades noticiosas em instituições universitárias só ocorreriam no final da década de 1940, com o funcionamento dos cursos de Jornalismo mantidos pela Fundação Cásper Líbero, em São Paulo, e pela então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. (MARQUES DE MELO, 2006, p.18)

Na década de 80, o jornalista Adelmo Genro Filho mostrou a importância de uma teoria para o jornalismo, fundamentada em uma ciência própria (GENRO FILHO, 1987). O autor fez uma revisão das abordagens teóricas (funcionalismo, indústria cultural, marxismo) e práticas do jornalismo, focando os limites das teorias propostas, as quais ilustravam apenas as técnicas dessa atividade, e a falta de uma reflexão por



parte dos profissionais sobre o exercício diário da profissão. Nesta dualidade, o maior prejudicado era o próprio jornalismo. Para Genro Filho (1987), as teorias acadêmicas, em sua maioria, eram fracas, reproduziam as técnicas descritas nos manuais ou dissertam sobre críticas ideológicas do jornalismo como instrumento de dominação. A pesquisa de Genro Filho é relevante para os estudos do jornalismo no Brasil e principalmente para a formação do profissional, pois foi ele quem fundou a disciplina “Teoria do Jornalismo”, no país.

Os três autores apontam sobre a importância da existência dos cursos de credenciamento para formar profissionais aptos a exercer a profissão, o conteúdo que é ministrado por esses cursos e a necessidade deles oferecerem conhecimento específico ao Jornalismo. Essa discussão não é exclusiva do Brasil. Em Portugal, na década de 90, Nelson Traquina, defendeu que o jornalismo não se limitava a um ensino tecnicista. Lá ele criou a disciplina “Teoria da Notícia”. Para ele, a Universidade deve oferecer um estudo teórico sobre a prática da profissão. Traquina foi mais além, juntamente com outros pesquisadores de diferentes instituições, ele criou o *Centro de Investigação Media e Jornalismo* na cidade de Cascais, em Portugal.

O teórico também português Sousa (2002, 2003) mostra que é possível construir uma teoria unificada para o jornalismo. O autor não defende uma ciência para o jornalismo, mas discute a importância de repensar a grade curricular, com a inclusão de disciplinas específicas, práticas de pesquisa e títulos de graduação em mais de uma área do saber, tornando possível formar profissionais especializados. Ele propõe um leque de especializações de acordo com o interesse do aluno conciliando disciplinas com conteúdo tradicional referente à teoria e técnica do jornalismo com novas disciplinas englobando as características da sociedade digital⁵. O estudo de grade proposto por Sousa acompanha as discussões do Tratado de Bolonha.

O cenário mutacional do jornalismo e a paisagem policromática do respectivo ensino tornam difícil a busca de soluções consensuais para a formação de jornalistas neste começo de século. Há, no entanto, um ponto de partida que poderá ser suficientemente consensual: a Universidade, se quer ser uma instituição indispensável à sociedade, não pode abdicar de formar jornalistas e de o fazer com qualidade, o que implica educar para um cenário em transformação, mas em que há coisas relativamente perenes, como, no caso do ensino do jornalismo, certos valores, linguagens e técnicas. (www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-desafios-do-jornalismo.pdf, p.5-6)

⁵ Artigo **Desafios no Ensino Universitário do Jornalismo ao Nível da Graduação no início do século XXI**, publicado no site www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-desafios-do-jornalismo.pdf.



Neste artigo, Sousa vê nas instituições de ensino atuais a responsabilidade em formar um profissional apto a atuar na sociedade digital e globalizada, com formação humanística e tecnológica suficiente para dominar as técnicas e os envolvidos no processo comunicacional, realizando seu trabalho com ética e competência. Para o autor, os cursos de jornalismo teriam que ser estruturados da seguinte forma:

Assim, uma fase inicial (dois anos) incluiria no núcleo duro da graduação disciplinas destinadas a garantir: a competência tecnológica; a eficiência linguística nos meios digitais, audiovisuais e impressos; e conhecimentos mínimos de teoria, história e atividades de comunicação social. No final desse primeiro ciclo de estudos, o estudante deveria estar apto a sair da Universidade e ingressar no mercado de trabalho de nível técnico ou prosseguir estudos enveredando por qualquer área da comunicação. Um segundo ciclo de estudos (de um ano ou dois) permitiria ao estudante uma especialização num domínio comunicacional, para o nosso caso o jornalismo. Esta segunda fase do curso de jornalismo deveria proporcionar, depois de uma formação para vários *media*, uma especialização mediática. Deveria também proporcionar disciplinas de estudo, debate e reflexão sobre o jornalismo e, *a partir dele* (Meditsch, 1999 a), sobre a história, a sociedade e a cultura.

Os cursos de jornalismo têm de fomentar, talvez muito mais do que os outros, a mobilidade internacional de estudantes e professores, pois isso estimula nos estudantes a capacidade de conhecer e ler o mundo e de se abrir ao diferente e permite aos professores saírem do seu reduto para beneficiarem dos conhecimentos dos colegas, formarem redes de investigação, conhecimento e competências e tomarem contacto com as experiências de ensino-aprendizagem do jornalismo que se fazem com sucesso por esse mundo fora. (www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-desafios-do-jornalismo.pdf, p.7)

IV. Conclusão

Este artigo procurou refletir sobre a importância do papel das instituições de ensino na preparação do profissional jornalista, capacitando-o para atuar na diversidade da sociedade digital. Ele parte do princípio que o jornalismo é uma profissão e é essencial a existência dos cursos superiores na formação do jornalista para o exercício da profissão. No entanto, os cursos têm que acompanhar as transformações da sociedade, do mercado e da própria comunicação. Essas têm que ser incrementadas no currículo acadêmico assim como o estudo da sociedade digital e globalizada e as discussões que permeiam o tratado de Bolonha. As instituições de ensino públicas e particulares brasileiras devem participar de maneira geral destas discussões de âmbito acadêmico nacional e internacional. O interessante é transpor para as grades curriculares estas discussões agregando novos conteúdos em disciplinas já existentes e também



novas disciplinas. Há um movimento de algumas instituições, principalmente públicas, de introdução de novas disciplinas com conteúdo de mídia digital, crítica midiática, inovação de novas tecnologias, jornalismo social, jornalismo de cidadania entre outras. A proposta não se restringe a disciplinas que utilizam a tecnologia como ferramenta no exercício da profissão, mas também, disciplinas com conteúdo teórico que abordam as diversidades regionais do mundo globalizado ou pelo menos que apontam para essa diversidade como algo relevante no conhecimento do discente. Outro aspecto interessante é a necessidade do estudante de jornalismo entender o contexto social e político no qual ele irá atuar, considerando as características sócio-econômicas, culturais, políticas e de mentalidade da sociedade e do seu público receptor. A falta desta percepção e deste conhecimento por parte do profissional prejudica o conteúdo veiculado na mídia e a própria relação entre emissor e receptor no processo comunicacional.

V. Referências bibliográficas

BELTRÃO, Luiz. Teoria e prática do jornalismo. Adamantina. Edições Omnia. 2006.

BORDIEU, Pierre. *Sobre televisão*. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo, ed. Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa, Difel, 1989.

FREIDSON, Eliot. Renascimento do profissionalismo. São Paulo, Edusp, 1998.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais, in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.31, ANPOCS, SP, junho 1996.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo. São Paulo: Geração editorial, 2003.



MARQUES DE MELO, José. História do pensamento comunicacional. São Paulo: Editora Paulus, 2003.

MARQUES DE MELO, José. Teoria do Jornalismo. Identidades Brasileiras. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

RIBEIRO, J.H: Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais) câmeras e microfones, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1998.

SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da Notícia e do Jornalismo. Ed. Letras Contemporâneas. Florianópolis. 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos da Teoria e da Pesquisa da Comunicação e dos Media. Edições Universidade Fernando Pessoa. Porto. 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. Desafios no Ensino Universitário do Jornalismo ao Nível da Graduação no início do século XXI in site www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-desafios-do-jornalismo.pdf., acessado em 20/3/2007.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são. Florianópolis. Editora Insular. 2005a. Vol.I.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis. Editora Insular. 2005b. Vol. II.